



Número: **0601919-80.2022.6.15.0000**

Classe: **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba**

Órgão julgador: **GABJ05 - Gabinete Vice Presidência**

Última distribuição : **13/03/2024**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Outdoors, Execução - Cumprimento de Sentença**

Objeto do processo: **REPRESENTAÇÃO - PROPAGANDA ELEITORAL IRREGULAR - VIOLAÇÃO LIMITES PROPAGANDA - JUSTAPOSIÇÃO DE PROPAGANDAS EM COMITÊS NÃO CENTRAIS - VISUAL ÚNICO - EFEITO OUTDOOR - TUTELA PROVISÓRIA - REMOÇÃO DE PROPAGANDA - MULTA**

Segredo de Justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
União Federal (INTERESSADO)	
CIBELLE PRISCILLA MANGUEIRA CAVALCANTI (INTERESSADO)	
	EVALDO CAVALCANTI DA CRUZ NETO (ADVOGADO) CAIO DE OLIVEIRA CAVALCANTI (ADVOGADO) LINCOLN MENDES LIMA (ADVOGADO)
LUCIANO CARTAXO PIRES DE SA (EXECUTADO)	
	RAMON OLIVEIRA ABRANTES (ADVOGADO)
LUCELIO CARTAXO PIRES DE SA (EXECUTADO)	
	RAMON OLIVEIRA ABRANTES (ADVOGADO)
VENEZIANO VITAL DO REGO SEGUNDO NETO (INTERESSADO)	
	JOSE JURANDY QUEIROGA URTIGA (ADVOGADO) JOSE MARCONI GONCALVES DE CARVALHO JUNIOR (ADVOGADO) RAONI LACERDA VITA (ADVOGADO) CARLOS FABIO ISMAEL DOS SANTOS LIMA (ADVOGADO)

Outros participantes			
Procurador Regional Eleitoral PB (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
16053010	07/12/2023 15:21	Decisão	Decisão



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL ELEITORAL (12626) Nº 0601919-80.2022.6.15.0000 (PJe) - JOÃO PESSOA - PARAÍBA

RELATOR: MINISTRO ANDRÉ RAMOS TAVARES

AGRAVANTE: LUCELIO CARTAXO PIRES DE SA, LUCIANO CARTAXO PIRES DE SA

Advogado do(a) AGRAVANTE: RAMON OLIVEIRA ABRANTES - PB23395

Advogado do(a) AGRAVANTE: RAMON OLIVEIRA ABRANTES - PB23395

AGRAVADO: CIBELLE PRISCILLA MANGUEIRA CAVALCANTI

Advogados do(a) AGRAVADO: LINCOLN MENDES LIMA - PB14309-A, CAIO DE OLIVEIRA CAVALCANTI - PB14199-A, EVALDO CAVALCANTI DA CRUZ NETO - PB19004

DECISÃO

ELEIÇÕES 2022. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DEPUTADO FEDERAL E DEPUTADO ESTADUAL. REPRESENTAÇÃO. PROPAGANDA ELEITORAL IRREGULAR CARACTERIZADA. MULTA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. ELASTECIMENTO DO PARCELAMENTO. IMPROCEDÊNCIA. FUNDAMENTOS DA DECISÃO DE INADMISSÃO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. SÚMULA Nº 26/TSE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 24/TSE. NEGATIVA DE SEGUIMENTO.

Lucélio Cartaxo Pires de Sá e Luciano Cartaxo Pires de Sá interpõem agravo que questiona a inadmissão de recurso especial formalizado contra acórdão do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE/PB) pelo qual, desprovido o agravo regimental, foi mantida a decisão que autorizou o pagamento da multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), aplicada, de forma individualizada, em razão da prática de propaganda eleitoral irregular, em 5 (cinco) parcelas mensais.

O acórdão recorrido foi assim ementado:

AGRAVO REGIMENTAL. DECISÃO QUE DEFERIU O PARCELAMENTO EM



Este documento foi gerado pelo usuário 087.***.***-98 em 24/04/2024 16:45:59

Número do documento: 2312071521030000000015811697

<https://pje.tre-pb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2312071521030000000015811697>

Assinado eletronicamente por: TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL - 07/12/2023 15:21:03

NÚMERO INFERIOR AO REQUERIDO EM ATENÇÃO À CAPACIDADE
ECONÔMICA O VALOR DEVIDO E A RAZOABILIDADE DO PRAZO.
IRRESIGNAÇÃO. AUSÊNCIA DE ARGUMENTOS HÁBEIS PARA MODIFICAR A
DECISÃO AGRAVADA. DESPROVIMENTO DO AGRAVO.

– O artigo 11, § 8º, inciso IV, da Lei das Eleições, ao prever a possibilidade de parcelamento em até 60 (sessenta) meses, não significa dizer que se dará de forma automática, mas considerando a preservação do caráter sancionatório da multa, a necessidade de recomposição em prazo razoável, o montante devido e a capacidade de cumprimento da obrigação.

– Agravo Regimental desprovido. (ID nº 159419498)

No recurso especial (ID nº 159419510), fundamentado no art. 276, I, *a*, do Código Eleitoral, os agravantes alegaram que, devido à situação financeira de ambos e aos postulados da razoabilidade, da proporcionalidade e da proibição do excesso, deve ser autorizado, conforme preconiza o art. 11, § 8º, III, da Lei das Eleições, o pagamento da multa em, no mínimo, 50 (cinquenta) parcelas (caráter sancionatório preservado).

O presidente do TRE/PB inadmitiu o recurso especial em razão da aplicabilidade da Súmula nº 24/TSE (ID nº 159419511).

Nas razões do presente agravo (ID nº 159419521), Lucélio Cartaxo Pires de Sá e Luciano Cartaxo Pires de Sá, além de reiterarem a tese de violação ao art. 11, § 8º, III, da Lei das Eleições, defendem a inaplicabilidade da Súmula nº 30/TSE.

A Procuradoria-Geral Eleitoral opinou pelo desprovido do agravo. O parecer foi assim ementado:

Eleições 2022. Deputado Federal e Deputado Estadual. Agravo em recurso especial. Cumprimento de sentença. Propaganda eleitoral. Ausência de impugnação específica dos fundamentos suficientes para a manutenção da decisão recorrida. Súmula n. 26/TSE. Acórdão recorrido alinhado à jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral, no sentido de que cabe ao magistrado, ao definir os limites do parcelamento, fixar prazo e valor mensal que não onerem excessivamente o devedor e não retirem o efetivo caráter sancionatório da multa. Súmula n. 30/TSE. Incapacidade econômica não demonstrada. É vedado o reexame do acervo fático-probatório dos autos na via do recurso especial. Súmula n. 24/TSE. Parecer pelo desprovido do agravo. (ID nº 159656143)

É o relatório. Decido.



Na decisão pela qual foi inadmitido o apelo especial, o presidente da Corte de origem assentou que o recurso especial não se presta a simples reexame da prova dos autos (Súmula nº 24/TSE).

Da leitura do agravo, verifica-se que o sobredito fundamento não foi especificamente infirmado pelos agravantes, que se limitaram a reproduzir as razões já lançadas no recurso especial e a sustentar a não incidência da Súmula nº 30/TSE, circunstância que determina a aplicação da Súmula nº 26/TSE.

Ainda que fosse possível superar esse óbice, o agravo não prosperaria ante a inviabilidade do recurso especial.

Acerca do pedido de elastecimento do parcelamento da multa, os membros da Corte paraibana assentaram que:

Indo direto ao ponto, adianto que comungo dos fundamentos da decisão atacada, não merecendo, portanto, ser acolhida a pretensão deduzida pelos agravantes, uma vez que o artigo 11, § 8º, inciso IV, da Lei das Eleições, ao prever a possibilidade de parcelamento em até 60 (sessenta) meses, não significa dizer que se dará de forma automática, mas considerando a preservação do caráter sancionatório da multa, a necessidade de recomposição em prazo razoável, o montante devido e a capacidade de cumprimento da obrigação.

[...]

Nesse contexto, percebe-se que a decisão vergastada, ao se debruçar sobre o valor mensal do montante a ser recolhido pelos ora agravantes, levou em consideração a situação econômica dos mesmos e a razoabilidade do prazo, consoante se vê no trecho abaixo transcrito:

Conforme consulta ao DivulgaCand, os requerentes possuem razoável capacidade financeira em liquidar a multa aplicada de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais) em menor prazo, sem que haja nenhum comprometimento da sua capacidade financeira.

Ademais, o parcelamento desse valor em 60 (sessenta) meses, ensejaria uma parcela mensal de R\$ 100,00 (Cem reais), o que levaria muito tempo para recomposição ao Erário.

Isto posto, considerando o que assentado pelo TSE, DEFIRO o parcelamento da multa em 05 (cinco) vezes.

Com isso, verifica-se que as alegações constantes no presente agravo regimental são insuficientes para a modificação do *decisum* impugnado, haja vista que não restou comprovado a hipossuficiência econômica dos agravantes para amparar o parcelamento em 50 (cinquenta) vezes, não havendo que se falar, portanto, em necessidade de reforma da decisão ora combatida, a qual foi devidamente motivada e ponderada, não padecendo de omissão ou erro material.



Outrossim, o número e valor das parcelas fixados na decisão ora combatida condizem com a capacidade financeira dos agravantes, não havendo que se falar em oneração injustificada, visto que, segundo o portal DIVULGACANDCONTAS, o Sr. Luciano Cartaxo informou à Justiça Eleitoral, nas eleições de 2022, ter um patrimônio de R\$ 1.157.997,98 (um milhão cento e cinquenta e sete mil novecentos e noventa e sete reais e noventa e oito centavos) e o Sr. Lucélio Cartaxo informou o patrimônio de 805.580,63 (oitocentos e cinco mil quinhentos e oitenta reais e sessenta e três centavos). (ID nº 159419500)

Em vista dessas circunstâncias fáticas, quais sejam, situação econômica dos agravantes e razoabilidade do prazo de recomposição do Erário (cinco parcelas), e considerando que, segundo a jurisprudência deste Tribunal, “*a norma em apreço [art. 11, § 8º, III, da Lei das Eleições] possibilita que o magistrado, ao definir os limites do parcelamento, fixe prazo e valor mensal que a um só tempo não onerem excessivamente o devedor e, por outro lado, não retirem o efetivo caráter sancionatório da multa, tornando-a inócua*” (AgR-REspEl nº 0601487-19/PI, Rel. Min. Benedito Gonçalves, *DJe* de 23.10.2023), atender a pretensão recursal demandaria reexame do conjunto fático-probatório, providência vedada nesta instância, a teor da Súmula nº 24/TSE.

Ante o exposto, **nego seguimento** ao agravo em recurso especial, nos termos do art. 36, § 6º, do Regimento Interno do Tribunal Superior Eleitoral.

Publique-se.

Brasília, 7 de dezembro de 2023.

Ministro **ANDRÉ RAMOS TAVARES**
Relator

